



DA PEDAGOGIA DO MEDO À ARTICULAÇÃO POLÍTICA: IGARASSU E A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Edvan Santos de Souza Júnior

Universidade Católica de Pernambuco

edvan.2018112061@unicap.br

RESUMO: Este artigo discute a Revolução Pernambucana de 1817 tomando como ponto de observação a vila de Igarassu. A proposta é mostrar que as vilas do interior tiveram participação mais ativa do que geralmente aparece nos estudos tradicionais, que costumam concentrar suas análises no Recife. Ao longo do texto, argumenta-se que Igarassu, por conta de sua localização, de sua importância econômica e de sua tradição política, acabou se tornando um espaço relevante tanto para a circulação de ideias revolucionárias quanto para a organização prática do movimento. A atuação de proprietários rurais, membros do clero e setores populares contribuiu para a formação de redes locais e regionais de articulação política. O trabalho também aborda o período posterior à derrota da revolução, destacando os mecanismos de repressão empregados pela Coroa portuguesa, como prisões, castigos físicos, trabalhos forçados e a atuação do Tribunal da Alçada. A partir do diálogo com a bibliografia especializada, busca-se compreender Igarassu como um microcosmo da revolta e da contrarrevolução, bem como das tensões entre poder político, sociedade e memória histórica.

Palavras-chave: Revolução Pernambucana de 1817. Igarassu. Repressão política. História regional.

INTRODUÇÃO

A Revolução Pernambucana de 1817 tem a tendência de ser interpretada, na maior parte da historiografia, a partir do papel desempenhado pelo Recife. Esse protagonismo da capital tem implicado que outras capitanias, vilas e localidades apareçam apenas de maneira secundária, verdadeiros coadjuvantes no meio desse processo. No entanto, estudos apresentados por Mota (1972) e Leite (1988) já indicam que as vilas do interior tiveram participação importante tanto na articulação política quanto na sustentação do movimento revolucionário. Nesse sentido, a vila de Igarassu se apresenta como um caso interessante para observar essas dinâmicas em escala local.

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, provocou mudanças diversas e profundas na administração colonial e no equilíbrio político das capitanias. Apesar da elevação do Brasil a Reino Unido em 1815, as desigualdades regionais não desapareceram. Pelo contrário, em algumas regiões, especialmente no Norte, essas diferenças ficaram ainda mais visíveis. Esse contexto acabou alimentando um clima de insatisfação entre elites locais, membros do clero e também entre setores populares, ainda que de formas diferentes (MOTA, 1972; LEITE, 1988).

Além do protagonismo político e militar, Igarassu sempre despontou como espaço de circulação intelectual. Oficinas e academias derivadas da Academia Suassuna e da Academia do Paraíso funcionaram como espaços singulares de formação de pensamento intelectual, das ideias críticas, contribuindo para a consolidação de um imaginário revolucionário que articulava elites e setores populares.

Nesse sentido, a vila representa importante elemento da micro-história para a compreensão de processos históricos mais amplos, permitindo observar como as histórias locais, as relações de poder e as disputas sociais se esbarram na construção de uma memória coletiva e também da experiência política de maneira geral (MOTA, 1972, p. 60–62; CABRAL, 2008, p. 140–142; BARRETTO, no prelo, p. 25–28).

Portanto, o objetivo deste artigo é analisar panoramicamente a Revolução Pernambucana de 1817 a partir do papel de caso de Igarassu e de sua relação com o conflito. Para isso, o texto foi organizado em três partes principais: inicialmente, discute-se a formação do descontentamento político entre 1808 e 1817; em seguida, analisa-se a participação da

vila durante a revolução; por fim, aborda-se a repressão joanina após a derrota do movimento, com destaque para a atuação do Tribunal da Alçada e a consolidação do que a literatura chama de pedagogia do medo.

1 IGARASSU E A FORMAÇÃO DO DESCONTENTAMENTO NO CONTEXTO JOANINO (1808–1817)

A chegada da Corte portuguesa ao Brasil, motivada pela invasão de Napoleão Bonaparte em Portugal, mudou de forma significativa o funcionamento da administração da colônia brasileira. No Norte do território, essas mudanças foram sentidas de forma intensa, sobretudo em regiões que já possuíam alguma tradição política e econômica. Igarassu se insere nesse contexto como uma vila que, aos poucos, passou a concentrar debates e articulações contrárias ao governo joanino (MOTA, 1972).

A economia açucareira e a importância administrativa da vila favoreceram a formação de uma sociabilidade política relativamente ativa. Ideias de caráter liberal, constitucionalista e até mesmo separatista começaram a circular com mais frequência, principalmente na década de 1810. Segundo Mota (1972), já por volta de 1815 era possível identificar a presença de discursos críticos à Coroa sendo difundidos em Igarassu, inclusive por figuras que transitavam entre diferentes espaços políticos da região.

O clero local teve participação relevante nesse processo. Padres atuaram como intermediários entre diferentes grupos sociais, articulando proprietários rurais, moradores urbanos e setores populares. Essa atuação contribuiu para a construção de um ambiente favorável à reflexão política e à crítica do poder régio, ainda que nem todos compartilhassem exatamente os mesmos objetivos (SIQUEIRA, 2011; ANDRADE, 2017).

Além disso, Igarassu mantinha conexões frequentes com outras vilas do Norte de Pernambuco, como Goiana, o que facilitava o intercâmbio de informações e estratégias. Isso indica que o descontentamento político não se desenvolveu de forma isolada, mas como parte de uma rede regional mais ampla. Ou seja, não se tratava apenas de um problema localizado, mas de um conjunto de insatisfações compartilhadas em diferentes espaços.

Desta forma, compreendemos que a eclosão da Revolução Pernambucana, em março de 1817, foi resultado do acúmulo de tensões políticas, econômicas e sociais que vinham se intensificando ao longo dos anos anteriores. Embora Recife tenha concentrado o poder

administrativo da República Pernambucana, o sucesso inicial do movimento dependeu bastante do apoio das vilas do interior. Nesse contexto, Igarassu teve um papel que não pode ser considerado apenas como coadjuvante (LEITE, 1988).

A posição geográfica da vila conferia a esta uma importância estratégica, funcionando como ponto de passagem e articulação com outras áreas da Mata Norte. Igarassu serviu como corredor para a circulação de milícias e como espaço de apoio logístico, o que ajudou a sustentar o movimento durante os cerca de setenta e cinco dias em que a República existiu (TAVARES, 1969; CESAR, 2019).

Entre as lideranças locais, destaca-se Francisco Xavier Cavalcanti Lins, capitão-mor de Igarassu e senhor do engenho Jaguaribe. Sua influência econômica e social possibilitou a mobilização de recursos e homens, além de conferir certa legitimidade política às ações desenvolvidas na vila. Esse exemplo mostra como elites agrárias, clero e outros setores da sociedade se articularam em torno da revolução, mesmo que com interesses nem sempre iguais (LEITE, 1988).

No plano das ideias, a vila também funcionou como espaço de debate político. Oficinas e academias ligadas aos círculos ilustrados contribuíram para a difusão de noções de liberdade e autonomia. No entanto, é importante destacar os limites do movimento revolucionário. Apesar da participação de negros, pardos e forros, a escravidão não foi colocada em questão de maneira direta, o que evidencia as contradições internas da revolução e a manutenção das hierarquias sociais existentes (CABRAL, 2008).

2 REPRESSÃO, CONTROLE POLÍTICO E A PEDAGOGIA DO MEDO EM IGARASSU

Conforme a Carta Régia de 6 de agosto de 1817, Dom João VI classificou a Revolução Pernambucana como um “horível atentado contra minha Real Soberania e suprema autoridade”, determinando que os envolvidos fossem severamente punidos (PORTUGAL, 1817, p. 137). Em outro trecho do supracitado documento, pondera o monarca:

Este horrível atentado contra minha Real Soberania e suprema autoridade, cometido por rebeldes na capitania de Pernambuco, deve ser severamente castigado, procedendo-se à mais rigorosa devassa contra todos aqueles que concorreram para tão infame rebelião. (PORTUGAL, 1817, p. 137).

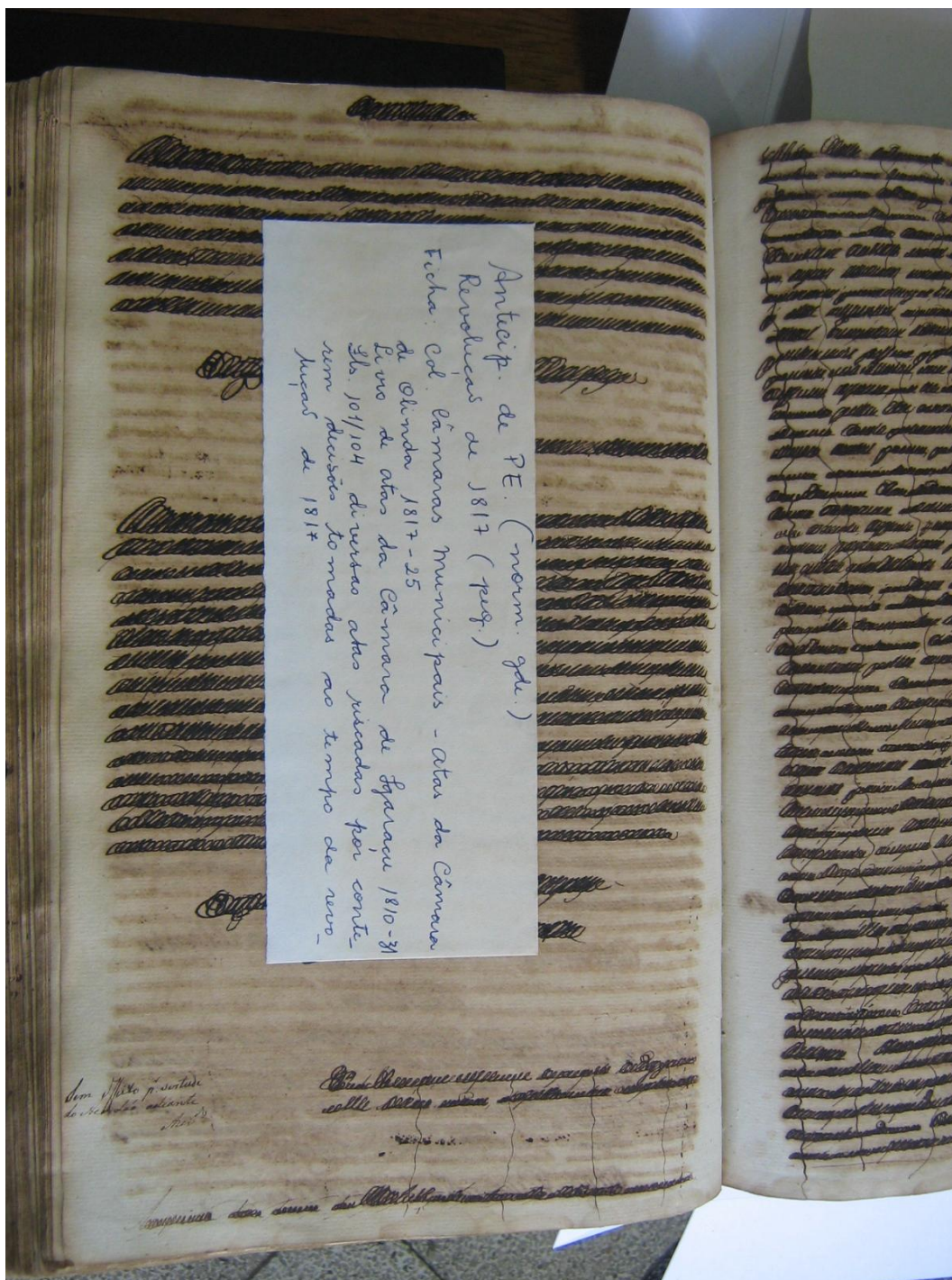
Com a derrota da Revolução Pernambucana, iniciou um período de repressão intensa promovida pelo governo joanino. O objetivo não era apenas punir os envolvidos diretamente, mas também desmontar as redes políticas e sociais que haviam sustentado o movimento. Nesse cenário, Igarassu passou a ser vista pelas autoridades como um espaço potencialmente perigoso, justamente por sua atuação anterior (CESAR, 2018).

A vila foi submetida a um controle mais rigoroso, com a realização de prisões, devassas e investigações que, muitas vezes, se baseavam em denúncias frágeis ou em conflitos pessoais. A repressão acabou atingindo diferentes grupos sociais, mas de forma desigual. Enquanto membros das elites conseguiam, em alguns casos, penas mais brandas, setores populares eram frequentemente submetidos a castigos físicos e trabalhos forçados (LEITE, 1988).

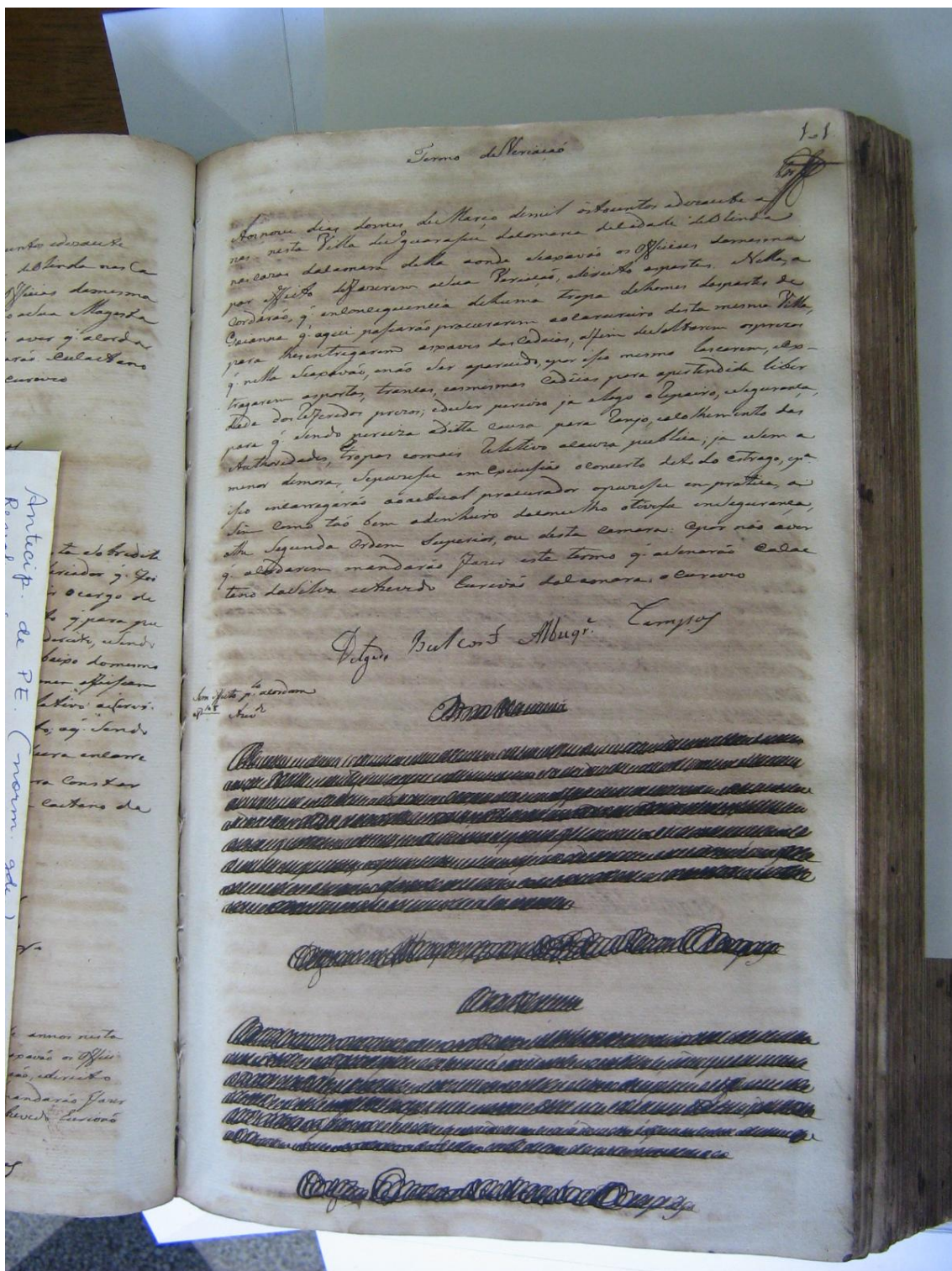
Presidido por Bernardo Teixeira Coutinho Alves de Carvalho, o Tribunal da Alçada representou a institucionalização definitiva da repressão. Dotado de amplos poderes e com jurisdição estendida a várias províncias do Norte, o tribunal operava não apenas como instância jurídica, mas como instrumento político. A criação do órgão de devassa representou a concretização desse processo repressivo. Com total poder, o tribunal funcionava como instrumento controlador, mantendo muitos acusados presos por longos períodos, às vezes sem uma definição clara de suas sentenças. Em Igarassu, essa prática contribuiu para a disseminação de um clima de medo e insegurança, afetando profundamente o cotidiano da população local (CABRAL, 2008; CESAR, 2019).

Mesmo com toda essa repressão, a memória da participação de Igarassu na Revolução de 1817 não foi completamente apagada. As experiências de perseguição e resistência continuaram a circular nas narrativas orais e no imaginário revolucionário local, ainda que de maneira fragmentada. Isso mostra que, apesar do esforço das autoridades em impor o esquecimento, as marcas da revolução permaneceram presentes na história do lugar.

IMAGENS:



Livro ata da Câmara Municipal de Igarassu, no ano de 1817. Rasurado como mostra a imagem acima, concretizando a tentativa do apagamento da história. Fonte: arquivo público de Pernambuco.



Livro ata da Câmara Municipal de Igarassu, no ano de 1817. Rasurado como mostra a imagem acima, concretizando a tentativa do apagamento da história. Fonte: arquivo público de Pernambuco.



3

Livro ata da Câmara Municipal de Igarassu, no ano de 1817. Rasurado como mostra a imagem acima, concretizando o apagamento da história. Fonte: arquivo público de Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Revolução Pernambucana de 1817 a partir do caso de Igarassu permite ampliar o olhar sobre o movimento, indo além da centralidade tradicionalmente atribuída ao Recife. As vilas do interior tiveram papel importante na articulação política, na circulação de ideias e na sustentação do projeto revolucionário. Igarassu, por sua localização estratégica e por sua tradição política, destacou-se como um desses espaços.

O estudo também evidencia a articulação entre diferentes grupos sociais, como elites agrárias, clero e setores populares, ao mesmo tempo em que revela os limites do projeto revolucionário, especialmente no que se refere à manutenção das hierarquias sociais e da escravidão. A repressão joanina transformou a vila em um território vigiado, consolidando uma política de intimidação que deixou marcas duradouras na memória coletiva.

Assim, Igarassu pode ser compreendida como um microcosmo das tensões políticas e sociais do período joanino. A análise desse caso contribui para entender melhor as relações entre poder, sociedade e memória histórica no Norte de Pernambuco, mostrando que processos locais também foram fundamentais para a construção da história do período.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Breno Gontijo. A Revolução dos Padres de 1817. *Diálogos*, v. 15, n. 1, p. 243–248, 2017.
- ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO: Imagens referente ata da câmara municipal de Igarassu, 1817.
- BARRETTO, Jorge. Igarassu: retalhos de uma história. [Em prelo].
- CABRAL, Flávio José Gomes. *Conversas reservadas, vozes públicas: conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- CESAR, Tiago da Silva. *Violências e práticas punitivas em Pernambuco (1817–1818)*. In: VENDRAME, Máira Ines et al. *Crime e justiça*. São Leopoldo: Unisinos, 2018.
- CESAR, Tiago da Silva. *As fases e o modo da repressão bragantina à Revolução de 1817*. In: CARVALHO, Marieta Pinheiro de et al. *Movimentos, trânsitos, memórias*. Niterói: Asoec-Universo, 2019.
- LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: Massangana, 1988.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PORTUGAL. Carta Régia de 6 de agosto de 1817: instruções de Dom João VI para devassa e sentenças contra os rebeldes em Pernambuco. In: BARROS, Amaro Quintas de (org.). Memorial do dia seguinte: a Revolução de 1817 em documentos da época. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2017. p. 137–141.

SIQUEIRA, A. J. Bispo Coutinho e o clero ilustrado de Pernambuco na Revolução de 1817. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 5, n. 14, 2011.

TAVARES, Muniz. História da Revolução de Pernambuco de 1817. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969.